

X LEGISLATURA
ACTA Nº 116/X/4ª SL

Aos dezanove dias do mês de Maio de 2009, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR), na Sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, havendo como Ordem do Dia os seguintes pontos:

1. **Audição do Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (Artº 104º - nº 2 do Regimento da Assembleia da República)**
2. Apreciação e votação do parecer referente ao **Relatório do Governo sobre a Participação de Portugal na União Europeia em 2008 – 23º ano**. (Rel: Depª. Rita Miguel)
3. Apreciação e votação do Parecer referente à **Proposta de Lei nº 261/X/4ª (GOV) – Autoriza o Governo a estabelecer as normas a que devem obedecer o XV Recenseamento Geral da população e o V Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2011)**. (Rel: Dep. Agostinho Lopes)
4. Apreciação e votação do Parecer referente à **Proposta de Lei 267/X/4ª (GOV) – Autoriza o Governo a aprovar o Código Florestal**. (Rel: Depª. Alda Macedo)
5. Distribuição do **Projecto de Lei 773/X/4 (BE) – Estabelece a protecção dos utentes vulneráveis nos serviços públicos essenciais de energia**.
6. **Outros assuntos**
 - Expediente
 - Informações

No ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Audição do Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**”, o Sr. Presidente deu as boas vindas ao Sr. Ministro e à sua equipa, ao Sr. Presidente da Autoridade Nacional Florestal, bem como a todas as Senhoras e os Senhores Deputados presentes. O Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas efectuou uma intervenção inicial, sobre a Proposta de Lei 267/X/4ª – Autoriza o Governo a Aprovar o Código Florestal¹.

De seguida, o Sr. Presidente deu início à 1ª ronda de intervenções pelos Grupos Parlamentares.

Começou por usar da palavra o Sr. Deputado Carlos Poço, que recordou a contextualização da Proposta de Lei em final de Legislatura e o facto de o debate político vir a ser efectuado na sexta-feira seguinte considerando, ainda assim, que os principais desafios para a floresta são a certificação da produção florestal, aumento da produtividade, geração de receitas de curto prazo e resolução do problema de explorações abandonadas. De seguida, reforçou a necessidade de efectuar um balanço à política agrícola ao longo de toda a legislatura, recordando problemas em matéria de agro-ambientais, electricidade verde, PRODER, jovens agricultores, modulação voluntária e as quotas do sector leiteiro. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

Interveio, seguidamente, o Sr. Deputado Horácio Antunes, que recordou a importância do sector florestal e as disposições constantes do novo enquadramento legislativo, realçando a sua oportunidade e contributo para a sustentabilidade da floresta portuguesa. De seguida, colocou questões sobre o acolhimento das sugestões enviadas pelos actores do sector, no âmbito do processo de consulta pública. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

¹ A documentação distribuída faz parte do espólio da CAEIDR, podendo ser consultada na página *internet* da Comissão.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou ser impossível um debate aprofundado sobre a iniciativa legislativa e a menorização da intervenção da Assembleia da República. Deu conta da rejeição, pelo GP do PS, de uma audição sobre o sector das pescas. Colocou, ainda, questões sobre a mobilidade especial nas estruturas do Ministério da Agricultura paralelamente à contratação de serviços por este Ministério em serviço de *outsourcing*. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas, tendo usado da palavra, igualmente, o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

A Sra. Deputada Alda Macedo questionou o facto de a referida iniciativa legislativa ser apresentada sob a forma de autorização legislativa, e no final dos trabalhos parlamentares, minimizando a intervenção da Assembleia da República, nomeadamente tendo em consideração que o processo de consulta pública ainda se encontra em curso. Colocou questões sobre a Petição 562/X/4^{a2} e sobre os planos do Governo para a Casa do Douro, sobre os pagamentos aos produtores no âmbito do sector leiteiro, sobre licenças atribuídas no âmbito do sector das pescas. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Presidente abriu, de seguida, uma segunda ronda de intervenções.

O Sr. Deputado Carlos Poço colocou questões sobre a PAC (nomeadamente quanto aos apoios aos agricultores), a ausência de um plano nacional de regadio, o PRODER e as diversas ajudas aos agricultores. O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

Interveio, seguidamente, o Sr. Deputado Jorge Almeida, que colocou questões ao Sr. Ministro sobre o sector leiteiro e as medidas nesta matéria (nacionais e da Comissão Europeia), sobre o sector horto-frutícola e a promoção de distribuição gratuita de frutas e legumes nas escolas. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes questionou o Sr. Ministro sobre as consultas públicas efectuadas relativamente à transferência de competência florestal para os Municípios e ao Código Florestal; sobre a mobilidade especial e a autonomia de contratação por parte das Direcções Regionais do Ministério; sobre as quotas do sector leiteiro; o papel da grande distribuição e eventuais medidas cautelares; sobre as alterações ao PRODER sem a participação de agentes do sector; e, enfim, sobre ajudas ao sector. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas.

Usou da palavra, de seguida, a Sra. Deputada Alda Macedo, que questionou o Sr. Ministro sobre as medidas agro-ambientais, as ajudas aos produtores do sector leiteiro, a estrutura de propriedade e o incentivo ao cooperativismo, bem como o plano nacional para o sector das pescas. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder às questões colocadas, tendo intervindo, igualmente, o Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente deu por encerrada a audição, recordando a disponibilidade de uma audição sucessiva sobre o sector das Pescas.

O Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas efectuou uma intervenção para se desculpar junto do Sr. Deputado Agostinho Lopes sobre um lapso constante de uma *newsletter* do Ministério. O Sr. Deputado Agostinho Lopes efectuou uma interpelação à mesa sobre o modo de condução dos trabalhos durante as audições e o direito de réplica. O Sr. Deputado Carlos Poço sugeriu a existência de uma ronda adicional na audição seguinte do Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, tendo o Sr. Presidente recordado que tal pedido deveria ser feito no início da reunião em questão.

² Petição 562/X4^a – Clarificação legislativa sobre a Casa do Douro.

No ponto 2 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação do parecer referente ao Relatório do Governo sobre a Participação de Portugal na União Europeia em 2008 – 23º ano**, a Sra. Deputada Rita Miguel apresentou o parecer e as conclusões dele constantes. Não havendo intervenções, o parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado com os votos favoráveis do PS, abstenção do PSD e contra do PCP e BE, registando-se a ausência do CDS-PP e PEV.

O ponto 3 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação do Parecer referente à Proposta de Lei nº 261/X/4ª (GOV) – Autoriza o Governo a estabelecer as normas a que devem obedecer o XV Recenseamento Geral da população e o V Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2011)**, foi adiado, a solicitação do Sr. Deputado Agostinho Lopes.

No ponto 4 da Ordem do Dia, relativo à **Apreciação e votação do Parecer referente à Proposta de Lei 267/X/4ª (GOV) – Autoriza o Governo a aprovar o Código Florestal**, a Sra. Deputada Alda Macedo apresentou o parecer e as conclusões dele constantes. O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que este não se deveria limitar a um formalismo, de modo especial quanto a iniciativas importantes como aquela em discussão, pelo que votaria contra como manifestação de uma posição política. O Sr. Deputado Horácio Antunes deu o acordo do GP do PS ao essencial do parecer, concordando igualmente com a importância do debate e recordando o esforço de sintetização dos diversos diplomas existentes, com a aprovação do regime jurídico proposto. Não havendo mais intervenções, o parecer foi submetido a votação, sendo aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD e BE e contra do PCP, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

No ponto 5 da Ordem do Dia, referente à **Distribuição do Projecto de Lei 773/X/4 (BE) – Estabelece a protecção dos utentes vulneráveis nos serviços públicos essenciais de energia**, o GP do PS ficou de indicar o(a) Sr(a). Deputado(a) responsável pela elaboração do parecer.

No ponto 6 da Ordem do Dia, relativo aos **Outros Assuntos**, o Sr. Presidente deu conta da diligência a fazer pela Mesa da CAEIDR para agendamento da audição sobre o sector das pescas, com o Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

A reunião foi encerrada às 18h00, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. A audição do Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta acta.

Palácio de São Bento, 19 de Maio de 2009.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Rui Vieira

Nota: Acta aprovada na reunião de 16 de Junho de 2009.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Agostinho Lopes
- Alda Macedo
- António Almeida Henriques
- Carlos Poço
- David Martins
- Hortense Martins
- Hugo Velosa
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Carlos Lopes
- Horácio Antunes
- Jorge Almeida
- Jorge Fão
- Jorge Tadeu Morgado
- Luís Carloto Marques
- Manuel José Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

- Afonso Candal
- Hélder Amaral
- José Luís Ferreira
- Magda Borges
- Maria Idalina Trindade

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Mendes Bota